

N.º 51-IX

Proc.º 30.06.01.01

Data: 11.12.2008

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Permitam-me que, em primeiro lugar, me dirija ao Presidente do nosso Parlamento, Dr. Francisco Coelho, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas nobres funções.

Como Presidente do primeiro e mais importante Órgão de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, fazemos votos para que exerça o seu cargo, com isenção, imparcialidade e sempre na defesa da independência e dignidade deste Parlamento.

Sendo certo que assim o fará, conte com o apoio e colaboração institucional por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, o maior de sempre na história da Autonomia.

Gostaria agora de formalmente cumprimentar as senhoras e os senhores Deputados de todas as outras bancadas, deste que é o maior e mais plural hemiciclo da nossa Autonomia, fruto de uma nova Lei Eleitoral, na qual o CDS-PP se empenhou, defendeu e também aprovou, na convicção de que um sistema eleitoral que melhora a proporcionalidade e aumenta a pluralidade reforça a democracia.

Infelizmente, parece que quem, afinal, se “engasgou” com tanta democracia foram aqueles que outrora na oposição se afirmavam como democratas de corpo e alma. Agora constituem-se, quem diria numa “força de bloqueio”...

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Se é verdade que o Partido Socialista ganhou as eleições, também é verdade que perdeu 15000 votos nos Açores, ficando-se pelos 49,9%, muito aquém do sonho cor de rosa que tinham, depois de terem feito o que podiam e o que não podiam para o realizar, materializando o sonho numa esbanjadora campanha de 2 milhões de euros!

Chegamos ao fim da discussão daquilo a que a maioria socialista chama Programa do Governo. Nós preferimos a designação mais correcta e adequada do documento: Reprograma.

De facto grande parte do conteúdo já havia sido anunciado em outros programas, nada mais sendo do que um enunciado, vastamente anunciado, outras tantas denunciado e não raras vezes mal concretizado.

A avaliar por aquilo que tem sido a política baseada na evidência por parte do Partido Socialista os Açorianos ficam aqui com mais um conjunto de diagnósticos, de prognóstico reservado, e com terapêuticas inexistentes para a cura das maleitas que tanto aflige a nossa sociedade.

Não podemos concordar que se re programe a intenção e se esqueça a acção.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Em política as aparências não iludem. Com os mesmos intérpretes voltamos, esta semana, nas “Ilhas Com Futuro” a reviver o passado.

Apesar deste Governo Regional se apresentar com uma maioria menos absoluta, mas mais totalizante, no quadro parlamentar, não perde o mau hábito de persistir permanentemente numa eleitoral análise ao que fez, esquecendo-se, em larga escala, de contemplar no documento o que, concretamente, quer fazer no futuro.

Utilizar grande parte do Programa do Governo e da sua discussão para fazer apologia do passado é, seguramente, a par de uma inutilidade formal e temporal, um desequilíbrio substancial. Será uma premonição de incapacidade?

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Representando nesta Assembleia os três grupos de ilhas dos Açores com cinco Deputados, o CDS-PP não pode concordar com um Programa do Governo que contraria, frontalmente, políticas e medidas com as quais nos identificamos no intuito de traçar um rumo de futuro para a Região.

O CDS-PP quer aumentar as diárias dos doentes deslocados e estabelecer protocolos com unidades hoteleiras dignas para o alojamento de quem já lhe basta o sofrimento da doença quando deslocado;

O Programa socialista não refere quaisquer objectivos neste sentido.

O CDS-PP quer acabar com os abusos que se verificam no Serviço Regional de Saúde e humanizar os cuidados de saúde;

O Programa socialista não dá qualquer importância a um eventual combate desses abusos e quanto à humanização dos cuidados pouco se propõe fazer.

O CDS-PP defende um melhor sistema de transportes aéreos e marítimos;

O Programa socialista defende a manutenção dos existentes.

O CDS-PP quer maior aposta nas energias renováveis para diminuir a dependência externa da Região;

O Programa socialista, comparado com o de 2004, prevê uma redução de investimento neste sector.

O CDS-PP quer potenciar as capacidades produtivas do sector primário, através da resolução dos problemas de escoamento que os produtores agro-pecuários e pescadores têm sentido;

O Programa socialista mantém os sectores pilar da economia regional dependentes das vontades da SATA.

O CDS-PP quer fiscalizar ao cêntimo a atribuição do Rendimento Social de Inserção, para terminar com abusos que pululam por mão socialista;

O Programa socialista é tão modesto que deixa a ideia de que se vai continuar permitindo abusos que colocam a Região como a quinta do País com mais beneficiários desta prestação social, somente atrás dos maiores centros urbanos nacionais, com 17.627 beneficiários individuais e 5118 famílias abrangidas – números do passado mês de Setembro. Pelo meio, o reconhecimento socialista, envergonhado e a muito custo, de que afinal existem “uns malandros”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

No capítulo da saúde a insuficiência foi aguda e grave com muitas promessas feitas e sem cura à vista.

Não cumpriram, não acreditamos!

Os Governos do Partido Socialista falharam uma das suas mais emblemáticas promessas – um médico de família para todos os Açorianos.

Falharam e, por aquilo que hoje ouvimos, já desistiram de o fazer!

Basta esta para que quase todo o resto falhe.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Na Educação fez-se luz: a teimosia inicial foi vingada por uma estratégia mediática do Governo Regional que ao ver os estragos continentais provocados pelos seus camaradas, arrepiou caminho entrando na nova Legislatura como deveria ter procedido quando elaborou o Estatuto da Carreira Docente e o modelo de avaliação de desempenho – dando atenção, finalmente, a uma classe que outrora ousou desprezar.

Ficamos à espera para ver que proposta de alteração virá daí, até porque temos a consciência tranquila de, mais uma vez, desde o princípio, o CDS-PP ter tido razão.

A assunção de um erro não é um mau princípio. É, neste particular, a confirmação de que se andou a perder tempo.

Não se vislumbra neste Programa métodos, práticas e sobretudo objectivos com a intenção de melhorar a aprendizagem dos alunos e os resultados das escolas dos Açores, tirando-as do fundo das tabelas de ranking das escolas.

Este é o Programa de um Governo que assume a falta de crença em que as escolas das ilhas pequenas “nunca” poderão ser comparáveis com as escolas do centro das cidades maiores. Ou seja, não se aposta na excelência. Teremos açorianos de primeira e açorianos de segunda, por mais propaganda política que se faça em sentido contrário.

É a negação completa do paradigma da coesão e da redução de assimetrias. Diferenças haverão sempre, mas há margem para a sua redução.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Simplista!

Só assim é que o CDS-PP consegue descrever o capítulo dos transportes do Programa deste Governo.

Nos transportes aéreos não vemos como manter um serviço “eficiente” com o modelo vigente: um modelo que cria desigualdades entre açorianos conforme a sua ilha de origem; não pode ser “eficiente” quando se faz delongar no tempo a colocação em funcionamento de um parque de combustíveis que prejudica os passageiros de duas ilhas, na sua ligação ao exterior da Região, e a própria companhia aérea, que vê aumentados os custos de operação; nunca será “eficiente” um serviço que quase constantemente, alegadamente por falta de disponibilidade, deixa ficar retido, nos aeroportos e aeródromos das ilhas mais pequenas, quilos e toneladas de produtos perecíveis que são sustento de várias famílias e fruto de árduo trabalho.

Este é um Programa de Governo que em termos de transportes aéreos voa sem instrumentos de auxílio à navegação. Não se fala em baixar tarifas, promover pacotes promocionais, resolver os problemas de carga nas ilhas mais pequenas e acabar com taxas que extorquem dinheiro aos açorianos...

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O Governo define no capítulo da agricultura que “o grande objectivo global para a próxima legislatura deverá ser a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente atractiva”.

Louváveis intenções, que poderão induzir o leitor mais distraído a pensar que é desta que o Governo vai apostar seriamente na agricultura biológica. Desenganem-se, pois não há uma única referência a esta modalidade de agricultura nas mais de 51 mil palavras que constituem o Programa do Governo.

Aliás, ao ler este capítulo fica-se, a certa altura, com a sensação de estarmos a ler o capítulo do turismo, pois o Governo considera que a solução para a agricultura passa por “promover condições para o desenvolvimento de actividades não agrícolas” e “o desenvolvimento de iniciativas turísticas e de outras actividades de lazer e recreio relacionadas com o meio rural e que sejam social,

económica e ambientalmente sustentáveis, em estreita sintonia com os macro-objectivos turísticos delineados para os Açores”.

Percebemos a dificuldade do Governo em apresentar soluções alternativas à monocultura da vaca, porquanto por demasiado tempo este PS, com proveitos eleitorais, estimulou essa prática enraizando-a de tal forma na sociedade açoriana ao ponto de se ter transformado num modo de vida dependente, qual comportamento de risco – vaca-dependência –, por contraponto a uma actividade económica de cariz empresarial com objectivos de sustentabilidade e rentabilidade.

E chegou o momento, pelo que tem que ser este Governo a apresentar uma solução válida para a agricultura no tempo em que a União Europeia, atempadamente anuncia o fim dos mecanismos de protecção à produção, ou seja, a quota leiteira.

Oxalá de que com o fim anunciado da quota leiteira as nossas explorações, em vez de apascentarem ruminantes, não passem só a apascentar turistas!

Em matéria de Ambiente ficamos perplexos ao verificar que o Governo não dá a conveniente importância ao problema da qualidade do ar criando a expectativa de instalar estações de monitorização da qualidade do ar. Concordamos, só que nas medidas a implementar está referenciada a instalação de apenas uma estação numa única ilha.

Pouco ambicioso!

O Governo considera a necessidade de “investir rapidamente na criação da rede de detecção precoce de fenómenos hidrológicos extremos”. O fenómeno hidrológico extremo que melhor conhecemos é a seca nas torneiras do Concelho de Angra do Heroísmo por incúria e incompetência socialista. Fenómeno que, lamentavelmente, já se estende a outras ilhas e concelhos.

No capítulo da energia, o Governo refere que “a economia açoriana caracteriza-se por uma elevada dependência face ao abastecimento externo de energia primária sob a forma de derivados do petróleo” e que apresenta “fortes limitações ao nível da eficiência na utilização e consumo energéticos, em particular na produção eléctrica e nos transportes”.

Esperava-se de um Governo que já vai para o quarto mandato consecutivo, medidas mais arrojadas e objectivos mais ambiciosos. Parece-nos sensato um plano de investimentos a médio prazo no domínio das energias renováveis, o que já consideramos redutor é “procurar atingir, em

seis anos, 50% de produção de energia eléctrica renovável”, quando, no programa eleitoral sufragado, o PS se propunha a atingir essa meta dos 50% em apenas 5 anos!

Mas não se julgue que a história termina aqui. O mais grave é que este PS já, em 2004, se tinha proposto no Programa do Governo a “que, em 2008, a componente renovável da produção de energia eléctrica atinja os 40%”.

Verificamos, no entanto, que conseguiu apenas 28% de produção de energia a partir de fontes renováveis em 2007. Ou seja um aumento de produção entre 2004 e 2007 de apenas 10,1% contra os 22,1% a que se propunha. Isto é um aumento anual médio de 5,9%. Ficou-se pela metade!

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Governo afirma que “importa agora aprofundar a nossa relação com o Mar”. Porquê só agora? Será que esta afirmação significa que o Governo finalmente percebeu a importância deste território, que possui a módica dimensão de 984 mil Km², representa tão só 57% da Zona Económica Exclusiva Portuguesa e quase um terço de Zona Económica Exclusiva da União Europeia?

Tudo indicaria que sim! Até se afirma que “é fundamental que os parceiros do sector regional das pescas continuem, de forma articulada e unida, a lutar pela restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota”.

No entanto, lamentamos que nas medidas enumeradas não se encontre a assunção explícita deste objectivo.

Com doze anos de governação, o PS vem dizer que “há que repensar muitas das actuais estratégias” e que existem “diversas economias insulares que oferecem à Região interessantes lições de sucesso no aproveitamento das suas posições, cujos portos contribuem de sobremaneira para a economia local”.

Estas afirmações mais não são do que a assunção da falta de visão estratégica para este território insular.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Perante todas estas incongruências, omissões, decalques do pretérito mais do que imperfeito e falta de capacidade em perspectivar um futuro pelo menos de quatro anos, o CDS-PP não pode, infelizmente, votar favoravelmente o Programa do X Governo dos Açores.

Continuaremos seguindo uma postura de oposição construtiva, aprovando as boas propostas que vierem a esta casa, mas também fiscalizando como é nosso dever a actividade governativa.

Porque, à semelhança do que um socialista afirmou outrora, *“não é um Programa do Governo que mais salienta as diferenças de concepção sobre o futuro dos Açores (...) têm sido os intérpretes e executores os fautores dessas diferenças, salientando-se”* o PS *“por usar um Programa em eleições e governar sem Programa fora delas”*.

Continuo citando Carlos César, que em 1992, no fim de um ciclo político justificava o voto contra do PS ao Programa do Governo: *“Eleitoralmente renascido, este Governo é porém politicamente sobrevivente. Ou seja, aparentemente e a julgar pelo seu Programa, é outro Governo igual para governar da mesma maneira”*.

Que bom era para os Açorianos se os Governos aprendessem com a história. Certamente haveria menos abstenção.

O Presidente do Grupo Parlamentar

Artur Lima